

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XII – Nº 2.414 – Brasília, quinta-feira, 13 de julho de 2006

Célio Azevedo



Azeredo e Mesquita Júnior, na reunião presidida por Valdir Raupp

Benefício para vítimas de HIV e talidomida

Projetos aprovados pela Comissão de Assuntos Sociais vão ao exame do Plenário. **Página 8**

Comissão acolhe Herman para o STJ

Indicação de Antônio Herman de Vasconcellos é acatada por unanimidade na CCJ. **Página 2**



Herman (E), ao lado de ACM, Tuma e ministro João Otávio Noronha

Senado aprova normas para saneamento

Projeto que estabelece diretrizes para o setor de saneamento básico foi acolhido pelo Plenário após acordo de integrantes de comissão especial com o governo. Relator César Borges agradece empenho dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, afirmando que “consenso é um verdadeiro milagre da engenharia política”. Renan acredita que lei permitirá levar saneamento a todos os brasileiros. O Plenário aprovou ontem diversos outros projetos. **Páginas 3 e 4**

Ratificados acordos com nove países

A cooperação na repressão a crimes é objeto da maioria dos nove acordos internacionais do Brasil com outros países confirmados pelo Senado. Outros tratados prevêem cooperação na área de turismo. **Página 3**

Geraldo Magela



A líder do PT, Ideli Salvatti, conversa com Renan Calheiros, ao lado de César Borges: consenso surgiu após mais de 20 anos de tentativas

Vai à sanção nova lei sobre uso de droga

A prevenção, a reinserção social dos dependentes e a repressão ao tráfico estão contempladas na legislação antidrogas aprovada ontem pelo Senado. A proposta muda a lei em vigor há 20 anos. **Página 4**

Resgate no Haiti e doação ao Uruguai

O Senado aprovou a doação de um helicóptero para a Armada do Uruguai e o envio de um avião da Força Aérea Brasileira ao Haiti para resgatar brasileiros que correm risco naquele país. **Página 3**

Moreira Matiz



O líder do PSDB, Arthur Virgílio, discursa na sessão em que Plenário do Senado votou projetos de lei e acordos internacionais

Projeto admite mídia eletrônica como prova

Um dos projetos aceitos ontem pelo Plenário do Senado admite decisões disponíveis em mídia eletrônica, inclusive internet, entre as suscetíveis de prova de divergência jurisprudencial. **Página 4**

Procurador de Justiça e especialista em meio ambiente poderá ocupar vaga destinada a membro do Ministério Público, decorrente da aposentadoria do ministro Edson Vidigal

Comissão aprova indicação de Antonio Herman para o STJ

Em votação unânime (23 votos), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável à indicação de Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin para compor o Superior Tribunal de Justiça (STJ), na vaga destinada a membro do Ministério Público, decorrente da aposentadoria do ministro Edson Carvalho Vidigal. A matéria foi relatada pelo senador Edison Lobão (PFL-MA).

Nascido em Catolé do Rocha (PB) e especialista em Meio Ambiente, Antonio Herman é autor de diversas publicações sobre o tema e atuou na elaboração do Código de Defesa do Consumidor, instituído por meio da Lei 8.078/90. Membro atual do Ministério Público do estado de São Paulo e ex-promotor de Justiça em diversos municípios do interior paulista, Antonio Herman é co-presidente da Rede



Herman (E) é sabatinado na Comissão de Justiça, presidida por Antonio Carlos

Mundial de Órgãos e Entidades de Implementação Ambiental (Inece) – entidade internacional voltada à proteção da natureza.

Durante a sabatina, o indicado foi questionado pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Ney Suassuna (PMDB-PB), César Borges (PFL-BA), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE)

Ao final da reunião, os senadores aprovaram a redação final da proposta de emenda à Constituição (PEC) 22/00, de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que torna obrigatória a execução da programação constante da Lei Orçamentária Anual. Aprovada pelo Plenário na terça-feira, em primeiro turno, a matéria segue para votação em segundo turno.

Ana Júlia denuncia escuta clandestina em seu escritório

Ana Júlia Carepa (PT-PA) denunciou ontem, em Plenário, a implantação de escuta telefônica clandestina em seu escritório político em Belém, o que ela atribuiu a “inimigos políticos”. A senadora anunciou que já solicitou à Polícia Federal tanto uma perícia técnica quanto investigação com o objetivo de descobrir os responsáveis pelo ato criminoso.

Ana Júlia lembrou que o período pré-eleitoral é propício a esse tipo de ocorrência. A senadora acredita que os autores da escuta sejam os mesmos que a denunciaram injustamente em passado recente: grileiros de terras do estado, que até mesmo contratam criminosos para assassinar trabalhadores.

A representante do Pará desafiou o grupo de pessoas interessa-



Ana Júlia acredita que autores sejam grileiros de terras do estado

das em prejudicá-la a debater, de forma democrática, suas idéias no plano político e comparar o atual governo com o anterior.

Jucá registra ações para socorrer comunidades indígenas em Roraima

Romero Jucá (PMDB-RR) registrou ontem, em Plenário, a adoção de medidas emergenciais pela Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, para atender as populações indígenas de seu estado afetadas pelas fortes chuvas que têm castigado a região desde abril.

Entre os problemas enfrentados pelos povos indígenas de Roraima mencionados pelo senador estão a interdição de estradas com inundações e quedas de pontes, alagamento de pistas de aeronaves, falta de alimentos decorrente da perda total das roças, além do aumento de doenças endêmicas e desmoronamento de casas, esco-



Roosevelt Pinheiro

Medidas emergenciais do Ministério da Integração são ressaltadas por Jucá

las e postos de saúde.

Jucá informou ainda que o envio de medicamentos e alimentos que está sendo feito pelo governo não beneficiará somente as comunidades indígenas, mas também as populações de vilas e aldeias vicinais da região.

Paim lamenta posição de Lula sobre campanha no Rio Grande do Sul

Paulo Paim (PT-RS) queixou-se de supostas declarações do presidente Lula à imprensa sobre a eleição no Rio Grande do Sul. Lula teria afirmado que, caso o candidato do PT a governador, Olívio Dutra, não tenha desempenho satisfatório no primeiro turno, subiria no palanque do candidato do PMDB à reeleição, Germano Rigotto, no segundo turno, contra

a candidata do PSDB, deputada Yeda Crusius.

Para o senador, se Lula declarou isso, foi infeliz, uma vez que Olívio Dutra e Germano Rigotto estão empatados nas pesquisas locais em primeiro lugar, com 26% das intenções de voto. Paim previu o fortalecimento de Dutra e disse que não admite o segundo turno sem ele.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não-deliberativa

A sessão de hoje, marcada para as 14h, será dedicada a pronunciamentos e debates de parlamentares. Não está prevista votação de matérias. Entre os senadores inscritos para discursar na tribuna estão Eduardo Suplicy (PT-SP), José Jorge (PFL-PE) e Romeu Tuma (PFL-SP). A sessão plenária é transmitida ao vivo pela TV Senado.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

As sessões de ontem do Senado Federal foram presididas pelo senador Renan Calheiros



Recurso contingenciado é gerado no Amazonas, diz Arthur Virgílio

Virgílio critica corte de verbas da Suframa

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio Neto (AM), criticou em Plenário a decisão do governo de contingenciar recursos destinados à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Tais recursos, ressaltou, são gerados no próprio estado, não sendo, portanto, oriundos do Orçamento da União. Segundo observou, a verba é essencial ao desenvolvimento da Amazônia.

Virgílio também apresentou requerimento solicitando ao ministro da Defesa, Waldir Pires, informações sobre a implantação de contingentes militares na Amazônia, em especial na microrregião do rio Negro. O senador indaga ainda sobre a ampliação do efetivo da 2ª Brigada de Infantaria da Selva, em São Gabriel da Cachoeira.

Arquivada queixa-crime contra FHC

Arthur Virgílio (PSDB-AM) anunciou terça-feira, em Plenário, ter sido arquivada queixa-crime do PT contra o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso por frase dita em entrevista à revista *IstoÉ*, estampada na capa da edição de 8/2/06: “A ética do PT é roubar”.

– O Ministério Público se refere a indícios de atos censuráveis do PT, sob o ponto de vista político, na gestão da coisa pública. Por isso, pediu o arquivamento, deferido pelo juiz De Lorenzi. Faço esta declaração para que a nação saiba que temos uma Justiça atenta, que não compactua com o que se possa fazer de doloso em relação à coisa pública – afirmou.

Senado aprova projeto depois de 20 anos de tentativas frustradas de criar uma lei com as diretrizes nacionais para o setor

Saneamento básico terá marco regulatório

O país terá diretrizes uniformizadas nacionalmente para o saneamento básico. O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei que estabelece o marco regulatório para o setor. A matéria, acolhida anteriormente pela Comissão Especial Mista de Saneamento, resultou de um acordo entre os integrantes da comissão e membros do governo federal, viabilizando a fusão de duas propostas divergentes. O projeto (PLS 219/06) segue para a Câmara.

Entre as inovações está a criação de conselhos de usuários nos municípios para a fiscalização das empresas prestadoras de serviços de saneamento. Hoje, as companhias de água e esgoto fixam suas tarifas sem nenhum controle por parte dos usuários.

Outro avanço é a oferta de garantia aos investimentos das empresas de saneamento. Se um município encampar os serviços de saneamento prestados por companhia estadual ou privada, o marco regulatório exige o pagamento de indenização, cujo valor deverá se basear no total

dos recursos aplicados.

A definição da titularidade municipal, ou não, dos serviços de saneamento nas regiões metropolitanas, objeto de disputa acirrada entre estados e municípios, depende de decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento de ações



Renan (sentado, ao lado de César Borges) afirma que nova lei vai permitir a universalização do saneamento básico

declaratórias de inconstitucionalidade (Adin) contra leis estaduais.

A proposta contempla ainda a possibilidade de os entes da Federação instituírem fundos para universalizar os serviços públicos de saneamento básico, aos quais poderão ser destinadas parcelas das receitas.

Reconhecimento

Durante o encaminhamento da votação, o relator do projeto, César Borges (PFL-BA), agradeceu aos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, pela criação da comissão especial que agilizou a apreciação da matéria. Na avaliação do senador, o consenso que permitiu a aprovação do marco regulatório,

após mais de 20 anos de tentativas frustradas de criar uma lei para o setor, demonstrou o compromisso do Senado com o país.

– Conseguimos avançar e, hoje, depois de 20 anos, estamos chegando a um momento histórico. Esse consenso é um verdadeiro

milagre da engenharia política – comemorou.

Renan Calheiros, destacando a importância da nova lei para o setor, parabenizou César Borges pelo trabalho realizado como presidente da comissão de saneamento.

– O Senado, com a comissão de saneamento, tomou a iniciativa e está por consenso deliberando sobre uma lei fundamental que vai permitir universalizar o saneamento básico no país – disse.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) observou que o marco regulatório, além de atrair mais investimentos para a área, resultará em ganhos para o meio ambiente.

Ramez Tebet (PMDB-MS) contestou o pensamento comum entre políticos de que investir em saneamento não dá votos. De acordo com ele, a mentalidade da população mudou, e os eleitores passaram a exigir mais obras que melhorem sua qualidade de vida.

Durante a sessão de votação estiveram presentes ao Plenário do Senado o ministro das Cidades, Márcio Fortes, e o secretário nacional de Saneamento Básico, Abelardo Barbosa.

Senadores aprovam nove acordos internacionais

O Senado aprovou ontem, e enviou à Mesa do Congresso para promulgação, acordos internacionais firmados entre o governo brasileiro e outros nove países: República Dominicana, Rússia, Sudão, Síria, Marrocos, Suíça, Uruguai, África do Sul e Croácia.

Para ampliar esforços de combate ao crime foi acolhido projeto (PDS 201/06) que aprova tratado de extradição entre o Brasil e a República Dominicana. O acordo agilizará a cooperação jurídica, no que se refere a extradição, e permitirá que pedidos de prisão preventiva para fins de extradição sejam encaminhados por intermédio da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol) e, posteriormente, transmitidos pela via diplomática. O relator da matéria, Romeu Tuma (PFL-SP), deu voto favorável a sua aprovação.

No mesmo sentido, o PDS 212/06 aprova tratado entre Brasil e Rússia para regulamentação de processo de extradição de acusados de crimes em um dos dois países, de acordo com regras do direito internacional e legislação de cada país. A matéria teve como relatores Alvaro Dias (PSDB-PR) e Jefferson Péres (PDT-AM).

Já o PDS 209/06, primeiro instrumento internacional celebrado entre o Brasil e o Sudão, visa sistematizar a cooperação técnica entre os dois países.

Celebrado em 2003, o texto do acordo entre Brasil e África do Sul, aprovado pelo PDS 207/06, tem com objetivo evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em relação ao imposto cobrado sobre a renda.

Outro projeto acolhido – PDS 203/06 – confirma acordo entre os

governos do Brasil e da Síria para cooperação no setor de turismo. Além da troca de informações sobre a legislação nas áreas de preservação dos patrimônios natural e cultural, o acordo prevê estímulo ao intercâmbio entre as instituições de treinamento de pessoal, além de incentivo a visitas recíprocas de agentes de viagem e jornalistas.

Também foi acolhido o Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal, entre Brasil e Suíça (PDS 206/06), que visa combater as mais diferentes formas de crime organizado transnacional.

Ao aprovar o PDS 208/06, o Senado legitimou acordo de cooperação em turismo entre Brasil e Marrocos, celebrado em 2004.

Os senadores também acolheram o PDS 202/06, que aprova o texto do acordo entre Brasil e Uruguai sobre cooperação policial em matéria de investimentos, prevenção e controle de fatos delituosos, celebrado em Rio Branco (AC), em 14 de abril de 2004.

Já o acordo entre Brasil e Croácia (PDS 210/06) dispõe sobre a isenção parcial de vistos para portadores de passaportes comuns. O acordo foi celebrado em Zagreb, em 25 de fevereiro de 2005.

Ratificada doação de helicóptero ao Uruguai

Os senadores ratificaram ontem a doação, por parte do Executivo e da Marinha do Brasil, de um helicóptero Esquilo Biturbina N-7061 para o Uruguai, com a aprovação do PLC 16/06. O texto, que recebeu parecer favorável das comissões de Justiça (CCJ) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), segue para sanção presidencial.

A aeronave, usada, será doada no estado em que se encontra e as despesas para o traslado correrão por conta da Armada do Uruguai.

Convenção de tráfego marítimo é atualizada

O Plenário aprovou emendas à Convenção para a Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional, de 1965, como forma de adequar o texto à evolução tecnológica (PDS 205/05). Todas as alterações propostas já se encontram em vigor devido ao princípio da “aceitação tácita”. Relator *ad hoc* da matéria, Mão Santa (PMDB-PI) explica que as emendas têm por objetivo, entre outros, “adaptar as práticas portuárias comerciais à demanda pela simplificação de procedimentos”.

Avião da FAB irá retirar brasileiros residentes no Haiti

Com o objetivo de promover a evacuação de brasileiros residentes no Haiti, foi aprovado projeto que autoriza o envio de avião da Força Aérea Brasileira (FAB) e de destacamento de fuzileiros navais àquele país (PDS 229/06). A missão visa também dar segurança às instalações diplomáticas brasileiras em Porto Príncipe, em razão do agravamento do conflito civil no território haitiano. O projeto vai a promulgação.

Nova legislação determina medidas para prevenção do uso indevido de drogas, prevê a reinserção social do usuário e fortalece as regras para a repressão ao tráfico

Senado aprova e envia à sanção presidencial nova Lei Antidrogas

Os senadores aprovaram ontem, com modificações, o substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei do Senado que altera, depois de 20 anos, a legislação brasileira antidrogas. A proposta institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), determina medidas para a prevenção do uso indevido, prevê a reinserção social de usuários e dependentes de drogas e estabelece normas para a repressão ao tráfico. A matéria segue para sanção presidencial.

Várias modificações inseridas pelos deputados federais terminaram rejeitadas e alguns pontos do texto original do Senado foram reinseridos pelos senadores. Romeu Tuma (PFL-SP), relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), elogiou o esforço pela aprovação da proposta que, conforme destacou, traz modi-



Tuma afirma que usuário deve ser alvo de medidas educativas, e não de cadeia

ficações importantes na atual legislação antidrogas brasileira. Tuma destacou que o texto aprovado moderniza e aperfeiçoa a atual legislação.

A principal inovação é a diferenciação entre usuário de drogas e traficante, que até então não existia na legislação brasileira. O projeto fixa as diretrizes das políticas públicas sobre drogas, incorporando novos valores ao

enfrentamento de um problema tão complexo, como a proposta de instituir “penas menos estigmatizantes para o usuário de entorpecentes”.

Tuma ressalta, em seu relatório, que o projeto inclui os familiares do usuário como alvo das políticas públicas de atenção e reinserção social, além de impedir a prisão automática do acusado de tráfico ilícito de drogas. O senador observa ainda que o projeto mantém o rito dos julgados especiais criminais na avaliação dos casos de consumo indevido de drogas. De acordo com Tuma, o encaminhamento do usuário ao juizado especial criminal segue a linha de não-estigmatização e da eficiente resolução dos conflitos de menor potencial ofensivo. A prisão, diz o relator, não é o lugar apropriado para o usuário de drogas, que deve ser alvo de medidas de caráter educativo, e não do encarceramento.

Provas retiradas da internet devem ser aceitas na Justiça

Projeto que admite decisões disponíveis na internet e outras mídias eletrônicas entre as suscetíveis de prova de divergência jurisprudencial, para fins de recurso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), foi aprovado ontem pelo Plenário. A proposta (PLC 95/01), que vai a sanção, contempla o desenvolvimento tecnológico no armazenamento de dados e moderniza a exigência legal na apresentação de documentos originais e/ou autenticados à Justiça.

“Se esse é, modernamente, o principal repositório de jurisprudência do país, não se justifica que não sirvam os acórdãos disponíveis na internet para prova de divergência jurisprudencial”, diz a justificativa do projeto.

O relator da matéria, Almeida Lima (PMDB-SE), argumentou, em favor da aprovação do projeto, que o projeto atualiza procedimentos judiciais com o uso da mídia eletrônica e ressalta que os tribunais federais preparam-se para adotar códigos de barras nos processos.

Municípios podem repassar dívida ativa aos bancos

O Senado aprovou, na sessão deliberativa de ontem, o projeto de resolução (PRS 57/03) de autoria do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) que permite às prefeituras, aos governos estaduais e ao Distrito Federal repassar para os bancos a cobrança da dívida ativa consolidada, mediante o recebimento, em troca de antecipação, do valor dos créditos.

Também foi acolhido pelos senadores projeto de lei que atribui ao aeroporto paraense de Santarém a denominação de Aeroporto de Santarém – Pará – Maestro Wilson Fonseca.

A iniciativa visa homenagear o conhecido maestro paraense, falecido em 2002. Como esse projeto já havia sido aprovado na Câmara dos Deputados, e não recebeu emendas no Senado, será enviado à sanção do presidente da República. O atual nome daquele aeródromo é simplesmente Aeroporto de Santarém.

Projeto homenageia os biomédicos com data comemorativa

Aprovado ontem pelo Senado, será enviado à sanção presidencial o projeto de lei que institui o Dia Nacional do Biomédico, a ser comemorado em 20 de novembro. A proposta (PLC 9/06), de autoria do deputado Lobbe Neto (PSDB-SP), foi relatada na Comissão de Educação (CE) pelo senador Augusto Botelho (PDT-RR).

Cabe a esses profissionais realizar análises físico-químicas e microbiológicas para o saneamento do meio ambiente e serviços de radiografia, excluída a interpretação. Eles também atuam, sob supervisão médica, em serviços de hemoterapia, de radiodiagnóstico e outros serviços para os quais estejam legalmente habilitados. Além disso, planejam e executam pesquisas científicas em instituições públicas e privadas, na área de sua especialidade profissional.

O deputado argumenta que, embora essas atividades possam ser realizadas por outros profissionais, “a sua execução por um biomédico significa melhoria de qualidade dos serviços”.



Renan (E) diz a Wellington que Fundeb pode ser votado se Congresso apreciar a LDO

Sem votar LDO, Congresso manterá trabalho no período de recesso

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, disse ontem que, enquanto a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007 não for aprovada, o Congresso vai continuar funcionando normalmente. No entanto, disse ele, será necessário fazer acordos com as lideranças para realizar esforços concentrados durante o período de 18 a 31 deste mês, quando as sessões serão não-deliberativas. Renan afirmou que o Senado já votou praticamente todas as matérias que estavam na pauta, faltando apenas examinar indicações para cargos em agências reguladoras.

O senador explicou que um dos pontos que impedem a votação da LDO é o artigo estabelecendo que, se o Orçamento não for votado este ano, valerá a proposta orçamentária enviada pela Presidência da República.

Em relação ao veto do presidente Lula ao reajuste de 16,67% para os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Renan Calheiros ressaltou que a decisão não expressa o sentimento do Congresso.

Fundeb

Renan recebeu ontem apelo do governador do Piauí, Wellington Dias, para que seja logo aprovada a Proposta de Emenda à Constituição 9/06, que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e está tramitando na Câmara dos Deputados.

O senador disse acreditar que a proposta do Fundeb poderá ser votada mesmo antes do recesso parlamentar se o projeto de LDO for aprovado pelo Congresso até terça-feira.

Escolhidos os sete senadores da Comissão Representativa do Congresso Nacional

Na sessão plenária de ontem do Senado Federal, foram eleitos os senadores que integrarão a Comissão Representativa do Congresso Nacional, que representará a Casa durante o recesso parlamentar, previsto para o

período de 18 a 31 de julho. A comissão, que tem como membros titulares 17 deputados e sete senadores, com igual número de suplentes, deverá se incumbir de várias prerrogativas do Congresso no período.

Veja os nomes dos senadores integrantes da Comissão Representativa

Veja os nomes dos senadores integrantes da Comissão Representativa	
Bloco Parlamentar da Minoria (PFL-PSDB)	
Titulares	Paulo Octávio (PFL-DF), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Leonel Pavan (PSDB-SC).
Suplentes	Jonas Pinheiro (PFL-MT), Edison Lobão (PFL-MA) e Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO).
PMDB	
Titulares	Renan Calheiros (PMDB-AL) e Ney Suassuna (PMDB-PB).
Suplentes	Valdir Raupp (PMDB-RO) e Wellington Salgado (PMDB-MG).
Bloco de apoio ao governo (PT-PL-PSB)	
Titular	Ideli Salvatti (PT-SC).
Suplente	Sibá Machado (PT-AC).
PDT-PTB-PSOL-PCdoB-PRB	
Titular	Heloísa Helena (PSOL-AL).

Parlamentares reagem ao vazamento de informações sigilosas da CPI dos Sanguessugas com suposto envolvimento de senadores em irregularidades

Heloísa: “Ser ladrão de ambulância é muita safadeza”

Heloísa Helena (PSOL-AL) disse ontem que os nomes de todos os envolvidos no esquema de desvio de verbas do Orçamento da União via compra superfaturada de ambulâncias, os chamados “sanguessugas”, devem ser revelados, se realmente existir vontade política para destruir o esquema.

– Quem está trabalhando nessa CPMI [Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas] não pode poupar ninguém. Se a gente quer mesmo aprofundar as investigações e levá-las até o fim, é preciso saber quem atuava no Senado, na Câmara dos Deputados, no Ministério da Saúde, no Ministério da Educação, no Ministério da Ciência e Tecnologia e na Casa Civil. O cara ser ladrão de ambulância é muita safadeza – salientou.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) frisou, em aparte, que o pronunciamento de Heloísa Helena repunha as coisas nos seus devidos lugares porque lembrava que a corrupção não se deu apenas no Congresso Nacional, mas



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Heloísa Helena ressalta que é preciso levar as investigações até o fim

contou com a participação do governo. Ele ressaltou ainda que a confiança na isenção da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) não significa que não houve nada, observando que não é possível desqualificar o trabalho da CPI dos Sanguessugas por causa de vazamento de informações.

Romeu Tuma (PFL-SP) concordou com Virgílio, acrescentando que o importante nas investigações é a revelação quase completa do modo de operar dos criminosos. Ney Suassuna (PMDB-PB) destacou que o esquema de corrupção não seria criado sem a conivência do Executivo. Leonel Pavan (PSDB-SC) disse que há exagero nas informações divulgadas, “mas não dá para achar que não houve nada; a fraude existiu, os 'sanguessugas' existem”.

Magno Malta diz que nenhuma de suas emendas é da área de saúde

Após ter sido denunciado por suposto envolvimento com irregularidades na compra de ambulâncias com verbas de emendas parlamentares, o senador Magno Malta (PL-ES) enviou ofício ao presidente do Senado, Renan Calheiros, rebatendo as acusações “de cunho calunioso e difamatório”. A inclusão de seu nome entre os suspeitos foi classificada por ele como um contra-senso, pois nenhuma das cinco emendas orçamentárias que apresentou como deputado federal e senador, já pagas, é da área de saúde.

“Trata-se de uma denúncia espúria que não se sustenta. Não tenho do que me defender. Meu sigilo já está à disposição da Justiça e do Ministério Público”, afirma o senador no ofício lido em Plenário.

Além de assinalar a autoria do requerimento de instalação da CPI dos Bingos e o apoio à criação da CPI dos Sanguessugas, Magno Malta destacou, no ofício, sua luta contra as drogas e o crime organizado. Ele insinuou que a denúncia seria retaliação



Magno Malta recorda sua luta contra as drogas e o crime organizado

pelo “trabalho honesto e pela busca da punição para quem rouba dinheiro público” realizado, principalmente, à frente da CPI do Narcotráfico.

Sobre o assunto, Renan ponderou que a todos é dada a presunção de inocência, reiterando que não irá “colaborar com o linchamento de ninguém”. Arthur Virgílio (PSDB-AM) considerou acertada a decisão de Magno Malta, que está em missão nos Estados Unidos, de enviar esclarecimentos. Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu cuidado e responsabilidade na divulgação de eventuais denúncias contra parlamentares.

Serys contesta acusação e recebe apoio de senadores

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) se disse “estarecida” com o vazamento de informações sigilosas da CPI dos Sanguessugas e repudiou o envolvimento de seu nome com irregularidades na compra de ambulâncias com verbas de emendas parlamentares. Alegando desconhecer o teor da denúncia, Serys decidiu apresentar requerimento ao Supremo Tribunal Federal (STF), à Procuradoria Geral da República e à CPI dos Sanguessugas para saber das ilegalidades das quais é acusada.

– Considero comum esse tipo de denúncia em ano eleitoral, mas não admito o meu nome em boca de bandido. Não me vergarei a denúncias caluniosas – reagiu.

Serys lembrou que é a segunda vez que essa acusação vem à tona – a primeira ocorreu em maio passado – envolvendo emendas de 2001 a ela atribuídas. Assim que a denúncia surgiu, conforme explicou, tratou não só de assinar a proposta de instalação da CPI dos Sanguessugas, mas também de autorizar a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico seu e de seus quatro filhos. Em meio



“Não admito o meu nome em boca de bandido”, afirma Serys Slhessarenko

à indignação pelo episódio, reafirmou que jamais fez ou fará ato de malversação de recursos públicos.

Solidariedade

Quase 20 senadores, entre governistas e opositoristas, expressaram sua solidariedade à petista. O rol de apurados favoráveis foi aberto por Heloísa Helena (PSOL-AL), que declarou “não acreditar que Serys esteja envolvida com esse banditismo”. Também acusado de participação na máfia das ambulâncias, Ney Suassuna (PMDB-PB) disse ter entrado na Justiça contra seus acusadores e pedido à comissão

para investigar a fundo a denúncia contra ele.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) transmitiu recado do senador Magno Malta (PL-ES) – outro acusado no caso – afirmando já ter enviado sua defesa ao presidente do Senado, Renan Calheiros. Em seguida, Tião Viana (PT-AC) ressaltou que Serys tem demonstrado correção e não merece essa tentativa de destruição de sua imagem. Os senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Ideli Salvatti (PT-SC) lamentaram a acusação contra a petista e fizeram questão de realçar que o ônus da prova cabe ao acusador, e não à acusada.

Falaram ainda em defesa de Serys os senadores Roberto Saturnino (PT-RJ), Wellington Salgado (PMDB-MG), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), José Sarney (PMDB-AP), Eduardo Suplicy (PT-SP), Antônio João (PTB-MS), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Garibaldi Alves (PMDB-RN), Ana Júlia (PT-PA), Fátima Cleide (PT-RO), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Lando adverte que é preciso evitar “juízos infundados”

O relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas, senador Amir Lando (PMDB-RO), negou-se a fazer comentários sobre o suposto envolvimento de três senadores no esquema de compra superfaturada de ambulâncias. Essa informação, segundo ele, é estranha à CPI e aos depoimentos colhidos em Cuiabá nessa segunda e terça-feira.

– Tudo isso ainda é especulação – disse o relator, acrescentando que o momento pede cautela para que não sejam feitos juízos infundados sobre quem quer que seja, deputado ou senador.

A CPI ouviu em Cuiabá, em reunião reservada, integrantes do esquema que fraudava o Orçamento da União via compra superfaturada de ambulâncias por prefeituras.

O relator afirmou que o depoimento prestado pelo empresário

Luiz Antônio Trevisan Vedoin à 2ª Vara de Justiça de Mato Grosso foi rico em detalhes. Amir Lando ressaltou que, somente comparando as informações desse depoimento com os dados que já estão de posse da CPI, será possível avaliar a participação dos parlamentares envolvidos com o esquema.

– Foram vários dias de depoimento circunstanciado, com vasta prova material. Vamos receber isso hoje (12) ou amanhã (13). Os depoimentos são indicações, indícios, testemunhos. Mas só o testemunho é insuficiente. Como existe um depoimento devidamente sustentado em documentos, amanhã (13) a comissão começa a trabalhar em cima disso – explicou o relator.

Quanto à suspeita de que teria havido comprovação, nas oitavas, de um caso de compra superfaturada de ônibus para o Programa de



Lando: informação sobre envolvimento de senadores “é estranha à CPI”

Inclusão Digital no Ministério das Comunicações, Lando disse que houve referências, mas nenhuma prova circunstanciada de que isso tivesse, de fato, ocorrido.

A análise da CPI estaria, segundo o senador, circunscrita à questão dos chamados “sanguessugas”, ou máfia das ambulâncias. As conexões com outros ministérios que não o da Saúde apenas seriam tratadas posteriormente, após apresentado o relatório final.

O relator não quis responder se houve ou não aumento no número de parlamentares suspeitos de participar do esquema de fraudes.



Azeredo propõe eleições de cunho nacional separadas dos pleitos regionais

Azeredo estimula debates sobre a reforma política

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) defendeu ontem a retomada das discussões sobre a reforma política no Congresso. Com a intenção de estimular o debate, o senador deve apresentar proposta para a realização de eleições de cunho nacional (presidente da República, senadores e deputados federais) separadas das eleições de cunho regional (governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores).

Azeredo propõe ainda que os brasileiros residentes no exterior possam votar nas eleições para a Câmara. O parlamentar espera que a reforma política entre na pauta dos candidatos à Presidência da República.



Para Sarney, instituição atenderá à demanda por curso superior na região

Sarney quer criar Universidade Federal do Oiapoque

José Sarney (PMDB-AP) encaminhou à Mesa projeto que autoriza o Executivo a criar a Universidade Federal do Oiapoque (Ufoa), no estado do Amapá, com sede no município de Oiapoque.

Na justificativa da matéria, Sarney lembra que cresceu a demanda pelo ensino superior em razão do aumento de matrículas no ensino médio “e da percepção acerca da importância dos estudos para a participação no mercado de trabalho”. Ele acrescenta que o financiamento aos estudantes do ensino superior, embora tenha crescido, ainda é insuficiente para atender à demanda por faculdades privadas, daí a necessidade de uma universidade pública local.

Para senador, os postulantes à Presidência da República não tratam da reforma previdenciária por “falta de coragem, demagogia e medo de perder votos”

Jefferson cobra dos candidatos propostas para a Previdência

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) acusou ontem, em discurso no Plenário, os candidatos à Presidência da República de não mencionarem em suas entrevistas, programas ou discursos “a necessária reforma da Previdência”.

– Há uma crise fiscal muito séria. Há crise na Previdência Social. Qual é a proposta dos candidatos? Se têm, não dizem, por ser impopular. Não têm coragem porque são demagogos. Como está, a Previdência não pode ficar. É preciso reformá-la – afirmou.

Jefferson disse ainda que os atentados contra agentes penitenciários em São Paulo, nos últimos dias, provam que o poder público está sendo “vencido, acuado, intimidado” por organi-



Jefferson Péres: “candidatos demagogos” não falam de reforma

zações criminosas. Ele criticou os líderes políticos do país por “não se conscientizarem de que temos uma grave crise” no Estado brasileiro.

– Há alguma coisa profundamente errada no país. Há pobreza e miséria nos países vizinhos,

mas eles não enfrentam crises de ética e de autoridade. Perdemos a visão de longo prazo. Não temos projeto estratégico. Aqui, governo e oposição digladiam por coisas pequenas enquanto o Estado continua inchado, perdulário, corrupto – lamentou.

O senador ressaltou que a reforma da Previdência “é apenas uma das reformas” que o Brasil precisa fazer. Lembrou que vem sugerindo há algum tempo aos partidos políticos de maior peso que firmem um acordo, a exemplo do que foi feito no Chile, em torno de grandes objetivos para o país.

– Está faltando um projeto de nação. Se esse projeto existisse, teríamos uma verdadeira política nacional de segurança pública – observou Jefferson Péres.

Tourinho registra protesto de aposentados da Bahia

Em discurso pronunciado ontem, Rodolpho Tourinho (PFL-BA) relatou ter participado de reunião na Casa dos Aposentados da Bahia, durante a qual pensionistas e aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) demonstraram insatisfação com o veto presidencial ao reajuste de 16,67% nos benefícios acima de um salário mínimo.

Participaram da reunião, conforme o senador, o presidente da entidade, Gilson Oliveira, ex-estivadores do Porto de Salvador, aposentados da área petroquímica e também de outras categorias,



Categoria critica veto presidencial ao reajuste nos benefícios, informa Tourinho

inclusive aposentados do regime privado. O principal objetivo da reunião, disse, foi protestar contra o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Tourinho informou que os presentes concordaram em apoiar projeto de lei do Senado (PLS 58/03), de autoria de Paulo Paim (PT-RS), que determina que o poder de compra dos benefícios dos aposentados seja preservado com o passar dos anos. O senador observou que, caso se mantenha o tratamento hoje dispensado aos aposentados, dentro de 15 anos quem recebe cinco salários mínimos estará recebendo o equivalente a um salário mínimo. E quem recebe hoje três mínimos estará, em dez anos, recebendo apenas um, acrescentou.

César Borges critica empréstimo consignado a idosos

O senador César Borges (PFL-BA) disse ontem que a medida provisória que permitiu aos aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social contratarem empréstimos consignados em folha de pagamento “é uma panacéia planejada para disfarçar a falta de uma política de remuneração da categoria”.

No entendimento do senador,



Segundo César Borges, medida “disfarça falta de política para aposentados”

se o governo desejasse apoiar os aposentados, não teria vetado o reajuste de 16,67% sobre a remuneração da categoria, aprovado pelo Congresso.

César Borges afirmou que os empréstimos consignados transformaram-se em dor de cabeça

para os aposentados que autorizaram descontos em folha para liquidar débitos com os bancos credores. Conforme dados apresentados pelo parlamentar, o número de inadimplentes acima de 60 anos é 10% maior que o de qualquer outra faixa etária de trabalhador que contratou o empréstimo consignado.

Por outro lado, ressaltou ele, o lucro do BMG, que vendeu a carteira de empréstimos consignados para a Caixa Econômica Federal e para outros bancos, “cresceu assustadoramente desde que foi editada a MP que criou esse sistema”.



Relatório do tribunal endossa conclusão da CPI dos Correios, afirma Alvaro Dias

Alvaro: TCU confirma favorecimento do BMG pela Caixa

Alvaro Dias (PSDB-PR) informou que o Tribunal de Contas da União (TCU) endossou as conclusões da CPI dos Correios, no relatório preliminar do tribunal referente a processo de auditoria sobre a compra, pela Caixa Econômica Federal, de empréstimos consignados de aposentados e pensionistas, operados pelo banco BMG.

– O TCU concluiu que houve favorecimento explícito e intencional ao BMG na forma de a Caixa Econômica Federal negociar com o banco, certamente no intuito de compensar a colaboração do BMG para o funcionamento do mensalão, em prejuízo do erário – afirmou ele.



Para Iris de Araújo, queda na produção revela “a pior crise dos últimos 40 anos”

Governo é insensível aos problemas do campo, afirma Iris

Iris de Araújo (PMDB-GO) protestou ontem contra o que considera falta de sensibilidade do governo para a “pior crise da agricultura dos últimos 40 anos”, o que vem sendo constatado, afirmou, pela queda na produção.

Entre os problemas vividos pelos agricultores, Iris destacou a descapitalização; as perdas devido a condições climáticas; a falta de capital para investir na lavoura; e a desvalorização do dólar.

– Analisem também a situação dessa gente obrigada a lidar com as maiores taxas de juros do mundo. Ao produtor não resta outro caminho que não se render e mergulhar no odioso ciclo do endividamento – destacou.



Antonio Carlos propõe criação de CPI para investigar uso de verbas do Orçamento

ACM: governo fica “de braços cruzados” diante de ataques

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou ontem o governo por permanecer “de braços cruzados” e nada fazer para combater o “morticínio dos homens que dão segurança aos cidadãos”. O senador se referia aos novos

ataques a agentes de segurança de São Paulo, ocorridos na madrugada de ontem.

– O Brasil caminha para um descalabro administrativo tão grande que as forças que deveriam manter a ordem vão ter que acabar tomando o lado dos criminosos para não morrerem.

Antonio Carlos também reprovou o veto presidencial ao reajuste de 16,67% aprovado pelo Congresso para os aposentados e pensionistas.

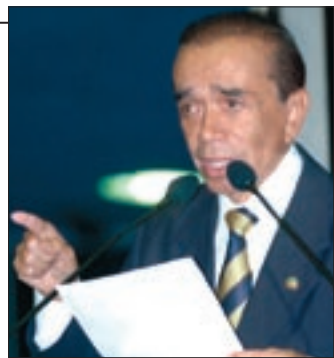
Nova CPI

O parlamentar apresentou à Mesa do Senado requerimento propondo a criação de comissão parlamentar de inquérito para investigar o uso e a manipulação política de verbas do Orçamento geral da União no período 2005/2006. Segundo a assessoria de imprensa de Antonio Carlos, 34 senadores já teriam assinado a proposta de instalação do colegiado.

Para Motta, crise na segurança é prioridade nacional

João Batista Motta (PSDB-ES) criticou ontem, em Plenário, o governo Lula por não dar a devida atenção à crise da segurança pública, que nas últimas semanas atingiu principalmente os estados de São Paulo, Espírito Santo e Mato Grosso. Motta sugeriu que o governo federal convoque todos os governadores para que o problema possa ser encarado como “uma prioridade nacional”.

O senador criticou a oferta do governo Lula de enviar tropas federais a São Paulo para auxiliar no combate às rebeliões em



Motta sugere que governo convoque governadores para encarar o problema

presídios e aos ataques contra a população civil e agentes públicos. Ele disse que para o Espírito Santo o governo federal enviou apenas 80 agentes e acrescentou que “dezenas de policiais” não dariam conta de conter a “revolução que se criou em São Paulo e em outros estados”.

Suplicy defende discussão sobre penas alternativas

Eduardo Suplicy (PT-SP) alertou ontem para a necessidade de todas as autoridades do país se engajarem na revisão do sistema penal e na discussão de penas alternativas para a reparação dos delitos. Conforme o senador, as péssimas condições a que são submetidos os presos nas penitenciárias contribuem para os freqüentes conflitos que têm sido observados. Na madrugada de terça-feira para ontem, foram registrados novos ataques a forças de segurança de São Paulo, tanto na capital quanto no interior.

Para Suplicy, é essencial comba-



Suplicy: “Péssimas condições dos presos contribuem para freqüentes conflitos”

ter “as raízes da criminalidade”.

– Precisamos concentrar esforços em projetos que possam fazer do Brasil uma nação mais justa, onde não haja tanta disparidade e incidência da pobreza absoluta em meio à riqueza acumulada de forma tão acentuada – observou.

Documento sugere aprovação de projetos, como o que criminaliza o tráfico internacional de pessoas e o que cria a Secretaria Especial de Políticas ao Emigrante



Senadores recomendam que seja acolhida a PEC que concede aos brasileiros residentes no exterior o direito de votar

Aprovado relatório final da CPI da Emigração Ilegal

O relatório final da CPI da Emigração Ilegal foi acolhido ontem. O documento de 577 páginas, do relator, deputado João Magno (PT-MG), sugere a aprovação do PLS 15/06, que criminaliza o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração; da PEC 5/05, que concede aos brasileiros residentes no exterior o direito de votar; e de um projeto de lei que permite a inclusão, no Regime Geral de Previdência Social, de brasileiros que hajam trabalhado no exterior para que obtenham

direito à aposentadoria.

O relatório recomenda ainda a aprovação do PL 4.850/05, que altera o Código Penal para tratar de crimes de exploração sexual e de tráfico de pessoas para esse fim; e do PL 2.375/03, sobre a tipificação criminal do tráfico de pessoas.

O documento sugere ainda a criação da Secretaria Especial de Políticas ao Emigrante, que teria a função de “assessorar direta e imediatamente o presidente da República na formulação,

coordenação e articulação de políticas para os emigrantes brasileiros residentes no exterior ou reintegrados à vida pátria, assim como para os imigrantes residentes no Brasil”.

Situação dos emigrantes

O presidente da CPI, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), disse ser comum que os brasileiros no exterior se submetam a trabalhos “difíceis e mal remunerados”, mas frisou que, em 2005, os emigrantes enviaram cerca de US\$ 6,4 bilhões ao país.

Viana acusa a Gol de desrespeito e mau atendimento ao usuário

Tião Viana (PT-AC) criticou ontem o abuso que estaria sendo praticado por algumas companhias aéreas brasileiras, com destaque para a Gol Transportes Aéreos, especialmente diante da crise da Varig. O senador manifestou indignação diante de episódios que afirmou ter presenciado em vôos da Gol, como a recusa de funcionários em atender passageiros enfermos.

Viana apontou ainda a falta de espaço, os preços elevados e o descumprimento da regra de endosso das passagens da Varig, mesmo quando há lugares disponíveis nos vôos. Essas práticas, para ele, além de demonstrarem a péssima qualidade do atendimento, configurariam desrespeito ao usuário.

– Doentes não podem entrar nos aviões, pois a colocação de uma maca pode acarretar problemas de ordem econômica. Clientes obesos ou altos não cabem nas

acomodações. É uma situação delicada, que tem que ser apurada – assinalou.

O senador cobrou providências imediatas da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que, em sua opinião, deveria acompanhar mais de perto a qualidade do atendimento prestado aos usuários, e informou que encaminhou carta relatando o problema à Procuradoria Geral da República, em que responsabiliza a Gol e a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) por omissão e negligência. Se não obtiver resposta, ele disse que pretende apresentar requerimento convocando a diretoria da Anac para uma audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

– A função da Anac é fiscalizar, acompanhar, assegurar a qualidade e a eficiência no transporte aéreo brasileiro. Mas o que temos



Abuso estaria ocorrendo principalmente devido à crise da Varig, diz Tião Viana

notado é um comportamento insensível, letárgico e inadequado – protestou o senador.

A questão levantada por Tião Viana obteve ampla ressonância no Plenário. Ele recebeu apartes dos senadores Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Ramez Tebet (PMDB-MS), César Borges (PFL-BA), Marcos Guerra (PSDB-ES), Leonel Pavan (PSDB-SC) e Paulo Paim (PT-RS). Todos criticaram os preços abusivos que vêm sendo praticados pelas companhias aéreas e alertaram para o risco de “cartelização” do setor diante da crise da Varig.

Conforme proposição, que contempla trabalhadores vitimados por outras doenças graves, estabilidade será assegurada até a concessão da aposentadoria

Proposta impede a demissão de empregado portador de HIV

Os empregados portadores do vírus da imunodeficiência adquirida (HIV) não poderão ser demitidos sem justa causa até a concessão definitiva de benefício previdenciário, conforme estabelece projeto da senadora Roseana Sarney (PFL-MA) que recebeu, ontem, parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta vai a votação do Plenário.

Também serão contemplados pela proposição (PLS 145/06), segundo emenda do relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), trabalhadores acometidos de carcinoma hepatocelular, cirrose ou hepatopatia grave, provocados pelo vírus HCV, e ainda os portadores de doença grave e contagiosa a ser especificada pelos ministérios da Saúde, do Trabalho e da Previdência.

Talidomida

Outro projeto que obteve parecer favorável da CAS foi o PLS 19/06 – Complementar, de autoria de Marco Maciel (PFL-PE), que permite aos portadores da síndrome da talidomida aposentar-se após 20 anos de contribuição. A proposta será apreciada agora em Plenário.

Desenvolvida na Alemanha em



Azeredo apresenta, na CAS, parecer favorável a projeto de Roseana Sarney

1954, a talidomida foi inicialmente utilizada como sedativo. Mas seu uso para combater enjoos na gravidez provocou a focomelia – síndrome caracterizada pela aproximação ou encurtamento dos membros junto ao tronco do feto.

A CAS decidiu, na mesma reunião, apresentar projeto para regulamentar o controle da dopagem nos esportes, em resposta a um relatório da Associação Brasileira de Estudos e Combate ao Doping.

Foram acolhidos dois requerimentos: um de Eduardo Azeredo e Flávio Arns (PT-PR), visando à



Célio Azeredo

Roseana Sarney

realização de estudos, pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), para a criação de planos econômicos de telefonia celular, via mensagens de texto, destinados a deficientes auditivos; e outro de Paulo Paim (PT-RS) propondo audiência pública conjunta sobre ações afirmativas no combate ao racismo.

Indústria fonográfica defende isenção para o CD

A equiparação do compact disc (CD) e do instrumento musical ao livro, para fins de isenção de impostos, foi defendida ontem por representantes das indústrias fonográfica e de instrumentos, e produtores de música, em audiência pública na Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da Comissão de Educação (CE). O livro é isento de imposto desde dezembro de 2005.

O presidente da Associação Brasileira de Música Independente, Carlos Eduardo Cezar de Andrade, argumentou que os impostos diminuem a competitividade das gravadoras em relação aos produtores de CDs piratas.

Rebatendo essa tese, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) afirmou que os impostos são altos para todos os setores produtivos. Já Sérgio Zambiasi (PTB-RS)



Saturnino (segundo à esq.) observa exposição do presidente da Anafim, Alberto Bertolazzi

disse que as causas da pirataria envolvem questões mais complexas. Marcos Guerra (PSDB-ES) opinou que as reivindicações tributárias sejam encaminhadas aos estados, onde tem origem a maior carga de impostos para essa área. Romeu Tuma (PFL-SP) e Marco Maciel (PFL-PE) manifestaram apoio à idéia de discutir a diminuição de impostos.

O maestro Edino Krieger e o presidente da Associação Nacional dos Pequenos e Médios Fabricantes de Instrumentos Musicais (Anafim), Alberto Bertolazzi, defenderam o retorno do ensino da música nas escolas públicas. Na presidência da reunião, Roberto Saturnino (PT-RJ) observou que o assunto está na agenda da Comissão de Educação.

J. Freitas



Maciel preside reunião da CRE, que aprovou ainda voto de aplauso a Desmond Tutu

Mudanças políticas na América do Sul serão debatidas em audiência

As recentes transformações políticas ocorridas na América do Sul e os seus reflexos sobre a estabilidade do continente serão tema de uma audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em data ainda a ser marcada. A decisão foi tomada ontem pelos integrantes da comissão, que aprovaram requerimento nesse sentido apresentado pelos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Romeu Tuma (PFL-SP) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Deverão ser discutidas, segundo o requerimento, as “ambições expansionistas” atribuídas ao presidente da Venezuela, Hugo Chávez, e a utilização do petróleo, abundante no país, para – ainda de acordo com o texto – criar “dependência nos países vizinhos”. Estarão também em pauta os “seguidos conflitos de interesse” entre o governo da Bolívia e empresas brasileiras, depois da eleição do presidente

Evo Morales.

A comissão aprovou ainda requerimento de Paulo Paim (PT-RS) propondo voto de louvor ao bispo Desmond Mpilo Tutu, por sua contribuição ao fim do regime do *apartheid* na África do Sul. Na opinião de Paim, com essa iniciativa, o Senado brasileiro mostrará o seu reconhecimento pela trajetória política do líder religioso sul-africano.

– Tutu tem a mesma grandeza do ex-presidente Nelson Mandela. Ambos foram fundamentais para o fim do *apartheid*.

Também foi acolhido parecer favorável a projeto de decreto legislativo que ratifica o texto de convenção destinada a evitar a dupla tributação entre o Brasil e a Bélgica. A CRE adiou para agosto a votação de requerimento de Arthur Virgílio que solicita voto de censura ao presidente venezuelano Hugo Chávez, por supostas restrições à liberdade de imprensa em seu país.

Comissões vão discutir cotas do Estatuto da Igualdade Racial

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem requerimento de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) solicitando audiência pública para debater ações afirmativas do Estatuto da Igualdade Racial, como a fixação de cotas. A audiência, a ser realizada conjuntamente com as comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS), está agendada para o dia 3 de agosto.

O senador sugeriu que sejam convidados os ministros da Secretaria de Relações Institucionais, Tarso Genro; da Educação, Fernando Haddad; e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Sepir), Matilde Ribeiro.

Paim também propôs a presença de dois especialistas favoráveis ao tema e dois contrários. Os que apoiam as normas estabeleci-

das no estatuto são o diretor da Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro), frei Davi; e o professor da Universidade de Brasília (UnB) José Jorge de Carvalho. Os que pensam que o racismo e o preconceito devem ser combatidos, mas têm outras propostas a apresentar, disse Paim, são os professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro Peter Fry e Yvonne Maggi.

– Será um belíssimo debate. Sou a favor das cotas raciais, mas também das cotas sociais. Temos que ter espaço para os pobres, sejam brancos, negros ou índios, e para a classe média. O que não pode é ficar como está hoje: nas universidades federais os principais contemplados são os filhos dos ricos, enquanto que os pobres vão para as universidades particulares.

J. Freitas